



Editorial: Teologia, Direitos Fundamentais e Pandemia

Mário Antonio Sanches ^[a] 

Curitiba, PR, Brasil

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Waldir Souza ^[b] 

Curitiba, PR, Brasil

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Como citar: SANCHES, M. A.; SOUZA, W. Editorial: Teologia Direitos Fundamentais e Pandemia. *Revista Pistis & Praxis, Teologia e Pastoral*, Curitiba: Editora PUCPRESS, v. 15, n. 02, p. 169-170, jun./ago. 2023. DOI: <http://doi.org/10.7213/2175-1838.15.002.ED01>.

Neste momento em que a Revista Pistis & Praxis apresenta um dossiê com a temática *Teologia, Direitos Fundamentais e Pandemias*, é relevante situar a reflexão teológica e suas múltiplas possibilidades ao se aproximar desta temática, aqui destaca-se aproximações de contribuição, inspiração e problematização mútua. Estas possibilidades de aproximações entre teologia e direitos fundamentais serão sempre contextualizadas, dinâmicas e abertas a novas possibilidades.

Uma teologia direcionada a fortalecer determinada comunidade de fé – propósito tradicional de boa parte da reflexão nesta área – pode enfatizar a sua contribuição para fundamentação e aplicação dos direitos fundamentais. Certamente é possível abordar uma infinidade de autores, escolas e perspectivas teológicas que influenciam na afirmação e promoção de direitos fundamentais ao longo da história. Usualmente parte-se de uma compreensão de que garantir os direitos fundamentais é imprescindível para uma boa convivência social e a pergunta fundamental que se busca

^[a] Doutor em Teologia, e-mail: m.sanches@pucpr.br

^[b] Doutor em Teologia, e-mail: waldir.souza@pucpr.br

responder, neste tipo de aproximação, é: qual o papel da teologia, com sua própria epistemologia, na construção de uma sociedade que promova e respeite os direitos fundamentais?

Uma outra aproximação possível é pensar o quanto a teologia inspira temas sociais. Boa parte dos posicionamentos, teóricos e práticos, que buscam promover e defender os direitos fundamentais ocorrem sob inspiração religiosa. É notável, portanto, o quanto a reflexão teológica extrapola sua própria área e influencia a defesa e promoção dos direitos fundamentais. Neste momento, a reflexão teológica pode até renunciar à sua linguagem, métodos e autores, mas mantém sua coerência e sua força transformadora, fazendo-se presente em ambientes e contextos em que a teologia não se inseriria em sua forma tradicional. A pergunta que se busca responder é qual o papel e presença da teologia em setores secularizados da sociedade que se dedicam à causa de defesa dos direitos fundamentais?

Uma terceira abordagem é mais complexa pois estabelece um debate, nem sempre harmonioso entre a reflexão teológica e as outras áreas do conhecimento que buscam explicitar e defender os direitos fundamentais. Trata-se de um campo onde a crítica se acirra, pois assume-se a consciência da diversidade interna da teologia e das muitas possibilidades de compreensão e defesa dos direitos fundamentais. Descortina-se, neste cenário, que nem todas as posições teológicas contribuem criticamente para a afirmação dos direitos fundamentais e, pelo contrário, há muita negação de direitos de minorias em função de posturas religiosas que se expressam em teologias que defendem o *status quo*. A pergunta se torna ainda mais aguda: é possível purificar a teologia para que ela, de fato, se apresente predominantemente como defensora dos direitos fundamentais?

Neste momento, não se busca enquadrar os artigos deste dossiê nas categorias acima, mas sim levantar questões que possam suscitar o debate e aguçar a sensibilidade. Pois não cabe à teologia um freio externo, ou um controle ideológico institucional, mas honestamente deve-se indagar: a serviço de quem está a nossa teologia? Desejamos que, nos textos deste dossiê, encontre-se respostas para as indagações aqui levantadas.

Nota-se que os estudos realizados sobre direitos fundamentais recentemente podem estar sendo impactados pelo contexto global da pandemia de covid-19, por isso, buscou-se artigos que explorem diversas realidades humanas neste âmbito epidêmico. Epidemias, já amplamente estudadas ao longo da história, desencadeiam processos de excepcionalidades sociais: medidas regulatórias de convivência humana, que jamais seriam aceitas em outros tempos, tornam-se amplamente aplaudidas em tempos de pandemia. Como tais medidas são tomadas ou negligenciadas por determinados grupos sociais, urge analisar se de fato elas estão alinhadas com os interesses coletivos ou se a pandemia propicia o recrudescimento de posicionamentos que implicam em maior sofrimento a grupos vulneráveis e minoritários.

Certamente, abordar a temática dos direitos fundamentais na interação com o contexto da pandemia é desafiante e será tarefa para uma geração inteira de estudiosos preocupados com isto. Todavia, o dossiê que aqui está sendo apresentado quer se somar a este esforço. Esperamos que os estudos apresentados neste número da *Pistis e Praxis* contribuam para que os/as leitores/as possam ampliar e aprofundar a compreensão da teologia presente na reflexão sobre direitos fundamentais.

Mário Antonio Sanches – PUCPR

Waldir Souza – PUCPR